

★★★
Melhor diário de economia português 1º Prémio, 2º Ano
Melhor jornal online português 1º Prémio, 4º Ano

negócios

JORNAL

www.negocios.pt

Entrevista
Defensor Moura

Ambição:
forçar a
segunda
volta

Economia, 34 e 35



Investidor Privado

SUPLEMENTO



Conheça os melhores depósitos até 30 dias



● Há “tablets” para quase todos os gostos. Saiba qual é a oferta e escolha o seu

Tem uma poupança que quer aplicar mas de que vai necessitar dentro de muito pouco tempo? Os bancos têm depósitos até 30 dias que podem satisfazer as suas necessidades. Conheça a oferta e saiba quais são melhor remunerados. Se a sua intenção é comprar um “tablet”, saiba o que há no mercado e que escolha fazer.

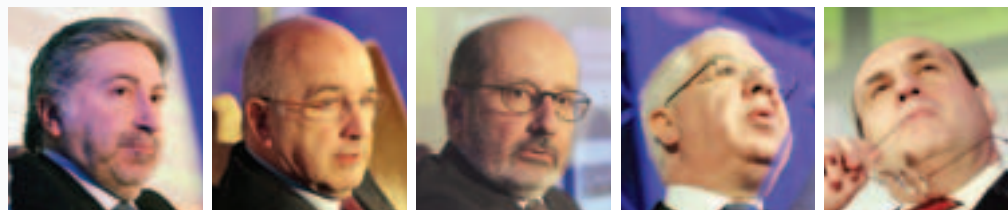
“Com estas taxas de juro, Portugal não deve recorrer ao FMI”



● Paul De Grauwe
Conselheiro de
Durão ao Negócios

Enquanto o Fundo Europeu de Estabilização Financeira aplicar taxas elevadas, “Portugal não tem qualquer interesse directo em recorrer” à ajuda europeia e do FMI, diz Paul De Grauwe. Durão critica a Alemanha. Sócrates promove Portugal. **Editorial, 28, 29 e Última**

“É preciso que Alemanha baixe a poupança e suba o consumo” Joaquín Almunia pede cooperação europeia



Rui Cartaxo,
J. Almunia,
M. Sebastião,
Teixeira dos
Santos e
A. Vitorino

De Lisboa para o resto da Europa, em especial para Berlim, saíram vários apelos sintonizados. Numa grande conferência europeia do Negócios, Joaquín Almunia, Teixeira dos Santos e António Vitorino

estiveram de acordo, na mesma altura em que José Sócrates, Werner Feyman e Durão Barroso se referem publicamente à necessidade de dar uma resposta unida à crise. “Sem cooperação estaríamos perdidos”, disse Almunia. **1ª Linha, 6 a 11**

Ikea de Portugal

foi dos que mais cresceu em todo o mundo **Empresas 16 e 17**

Empresas públicas

põem eléctricas a concorrer por 14 milhões de euros **Empresas 12 e 13**

Executive Master

FINANÇAS

Formações Avançadas na mesma área

- > CONTABILIDADE FINANCEIRA E ANÁLISE DE DESEMPENHO
- > FINANÇAS PARA AVALIAÇÃO DE EMPRESAS E PROJECTOS DE EMPREENDEDORISMO
- > GESTÃO FINANCEIRA PARA A CRIAÇÃO DE VALOR
- > ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTO FINANCEIRO E PERFORMANCE

ABERTAS CANDIDATURAS

www.ege.pt



Primeira Linha

EUROPA 2011 - REGULAÇÃO E COMPETITIVIDADE

“Sem cooperação estamos perdidos”

Numa altura em que prosseguem as árduas negociações para a ajuda aos países europeus em dificuldades, em Lisboa ouviram-se vários apelos à cooperação. De Almunia ao chanceler austríaco, todos pressionam para soluções comuns

ELISABETE MIRANDA elisabetemiranda@negocios.pt

De Lisboa para o resto da Europa e, em especial, para Berlim, saíram sexta-feira vários apelos sintonizados. De Joaquín Almunia a Teixeira dos Santos, de José Sócrates a Werner Faymann, chanceler austríaco, passando por António Vitorino, todos sem excepção se referiram publicamente à necessidade de a Europa dar uma resposta unida à crise. No espírito e nos discursos de cada um estavam duas palavras: cooperação e reciprocidade.

O mote foi lançado pelo comissário europeu da concorrência, durante a sua intervenção no seminário “Europa 2011: regulação e competitividade”, promovido pelo **Negócios**, ao dizer que “sem cooperação estaríamos perdidos”. Para Almunia, cujo discurso foi alternando entre o inglês e o espanhol, não há dúvidas: foi a cooperação que permitiu que a Europa se aguentasse até aqui e será ela que garantirá um futuro sustentável para a zona Euro.

Numa altura em que prosseguem árduas negociações entre Berlim, Paris, Frankfurt e Bruxelas, Joaquín Almunia não quis – ou não pôde – alongar-se em pormenores. Mas deixou algumas pistas sobre o que considerava a mínima cooperação necessária. “Nas próximas semanas serão postos em marcha os mecanismos financeiros. O Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF) poderá ser usado de forma mais flexível e com mais capacidade financeira”, afirmou, garantindo ainda: “neste momento, não vejo uma posição dura do governo alemão”.

O que isto quer dizer em concreto não se sabe. Mas nos últimos dias têm sido dadas algumas pistas. “Utilização mais flexível do fundo” deverá querer dizer que ele poderá tam-

bém vir a ser usado para comprar dívida directamente aos países. Esta hipótese parece bem encaminhada, uma vez que contou sexta-feira com o beneplácito da ministra das finanças francesa. Já o significado de aumentar o fundo é mais equívoco mas, dadas as declarações vindas de Berlim, deverá passar por um reforço das garantias bancárias por parte dos Estados (ver explicações mais detalhadas nas páginas 28 e 29).

Permanecendo dúvidas sobre o que aí vem, e em que medida estas negociações poderão vir a beneficiar Portugal, também António Vitorino, ex-comissário europeu, frisou no seu discurso a necessidade de que “do lado do conjunto da União Europeia venham os sinais de que existem instrumentos – e vontade política – para levar em linha de conta as debilidades estruturais de alguns países”. Minutos mais tarde concretizaria esta sua afirmação, defendendo a criação de “margem para uma mutualização do ‘stock’ da dívida e uma distinta utilização dos fundos estruturais”.

Teixeira dos Santos, a quem coube o discurso de encerramento do debate, também aproveitou para deixar um apelo à cooperação e, sobretudo, à reciprocidade. Lembrou que Portugal já fez a sua parte ao encetar as reformas estruturais que lhe foram pedidas e ao mostrar que conseguiu controlar as suas contas públicas – em 2010 o défice orçamental ficará abaixo dos 7,3% do PIB prometidos. Por isso, cobrou a factura à contraparte: “Esperamos que a Europa seja ela também capaz de fazer o seu trabalho, dotando-nos dos instrumentos adequados para fazer face às dificuldades”. Uma frase semelhante à que se ouviria horas mais tarde pela boca de José Sócrates, quando

No quadro da cooperação europeia é ainda preciso que a Alemanha baixe a poupança e suba o consumo, diz Almunia. “Danke schön”, ouviu-se de Vitorino.

recebeu Werner Faymann, chanceler austríaco, em São Bento: “respondeste a uma crise sistémica não individualmente, mas em conjunto (...) E Portugal cumpriu a sua parte”. Do seu visitante – um “aliado”, disse – veio uma mensagem alinhada: “Na Europa somos uma família (...) são precisas soluções comuns”.

Mas nem só pelas soluções financeiras passa a cooperação. Almunia, com a diplomacia que lhe é exigida, acabou por reconhecer que será também preciso que ao nível macro-económico a Alemanha expanda o seu consumo: “O que pedimos aos países excedentários é que baixem a poupança nacional e aumentem o consumo europeu”, ajudando, desta forma, a diminuir os desequilíbrios internos ao mercado comum. “Não lhes estamos a dizer que percam competitividade, mas que ajudem os restantes”. “Danke schön” [obrigado], acenou António Vitorino, em jeito de epílogo.



Palavras cruzadas | Joaquín Almunia (ao centro), Teixeira dos Santos e o ex-comissário

TRÊS OPINIÕES, A MESMA PREOCUPAÇÃO



JOAQUÍN ALMUNIA

Todos os oradores adoptaram um tom dialogante, defendendo a necessidade de uma estratégia comum e concertada para que o Euro consiga sair da crise

Não posso entrar em detalhes, mas creio que o fundo poderá ser usado de forma mais flexível e com mais capacidade financeira.

Neste momento não vejo posições duras da Alemanha.

A UE é, em si, uma fonte de progresso económico.

Miguel Baltazar



António Vitorino troca umas últimas palavras antes de se despedirem.

Reformas estruturais têm de acompanhar consolidação

Disciplinar as finanças públicas é uma prioridade, é certo, mas, no meio deste processo, os países europeus não podem perder de vista a premência de fazerem reformas estruturais. Sob pena de caírem numa espiral de crescimento anémico.

O aviso foi bem vincado por Joaquín Almunia, quer na sua intervenção inicial, quer durante as respostas às interpelações que lhe foram dirigidas: “Se não se produzir mais nada além da consolidação orçamental, o resultado será um processo deflacionista por falta de procura agregada”, diagnosticou o responsável pela concorrência. Por reformas estruturais entenda-

Uma resposta estratégica é conseguir maximizar o potencial de um mercado único efectivo.

JOAQUÍN ALMUNIA
Vice-presidente da Comissão Europeia

-se medidas que permitam aprofundar a liberalização do mercado interno. E, apesar de reconhecer que a Comissão não tem sido bem-sucedida a explicar a empresas e pessoas as vantagens da liberalização, Portugal é um dos grandes beneficiados deste caminho que se vem percorrendo há mais de 20 anos: “Têm um interesse particular, porque 80% dos vossos bens e 77% dos serviços são absorvidos por parceiros comunitários.”

Aliás, Almunia reforçou a necessidade de a Europa ser um mercado único. O que não tem sido fácil implementar em variados sectores, nomeadamente os da energia ou das comunicações electrónicas. Joaquín Almunia referiu, ainda, o mercado único na esfera digital. “O mercado digital único poderia trazer um ganho de 4% ao PIB na União Europeia em 2020”. É que um mercado único dará economias de escala às empresas e dará novos incentivos para inovarem, diz Almunia. **EM/AM**



TEIXEIRA DOS SANTOS

Portugal tem vindo a fazer o seu trabalho de casa, quer no domínio orçamental, quer ao nível das reformas estruturais. Esperamos que a Europa seja ela também capaz de fazer o seu trabalho, dotando-nos dos instrumentos adequados para fazer face às dificuldades.



ANTÓNIO VITORINO

Volta a surgir no debate público uma propensão para a “perifricidade” e a auto-flagelação. Isto é profundamente errado.

Países como Portugal têm de exigir que as instituições europeias não ignorem as suas debilidades estruturais.

Resposta a Paul Krugman

O dia em que a União Europeia desqualificou um Nobel

Paul Krugman é um óptimo economista e um excelente analista da política norte-americana. Mas, de Europa, pouco percebe. É por isso que, se a decisão coubesse a Joaquín Almunia, Paul Krugman seria “desnobilizado” sempre que fala de questões europeias. Paul Krugman faz parte do clube de economistas norte-americanos cépticos em relação ao modelo europeu. Tem argumentado que a Zona Euro, ao albergar países com estádios de desenvolvimento tão distintos entre si, não permite que cada um faça os ajustamentos

necessários para se reequilibrar. E tem profetizado sobre a recessão inevitável em países como a Grécia, Irlanda e Portugal. Na semana passada, no dia em que Portugal foi ao mercado financiar-se, classificou a taxa de juro subjacente ao negócio de “pouco menos que ruinosa”. A resposta de Joaquín Almunia surgiu na sexta-feira, e de forma bem-humorada: “Krugman é um magnífico economista mas ignora magnificamente a Europa”. Por isso, “não merece um prémio Nobel quando analisa as questões europeias”. **EM**

Europa 2011 - Regulação e competitividade

“Merecemos poder gerir com algum grau de liberdade”

A contenção orçamental levou a Concorrência a não recrutar quadros, com eventuais impactos futuros

ALEXANDRA MACHADO
ALEXANDRA NORONHA

A Autoridade da Concorrência cortou “a fundo” no recrutamento, o que Manuel Sebastião, presidente da instituição, classificou de corte no que “há de mais essencial para o futuro”. Manuel Sebastião fala em sacrifício, pelo facto de não ter podido recrutar, ainda que saliente que esse impedimento não afectou o presente: “com o quadro actual, cumprimos a nossa missão”. AAdC tem 90 pessoas.

No entanto, deixa o alerta e diz que é uma situação que tem de ser reequacionada em 2011. “O maior desafio será – no período de restrições orçamentais em curso – o de assegurar, em termos de necessidades futuras, o capital humano de qualidade que permita garantir a capacidade de continuar a ser uma instituição que gera ideias novas e exerce poderes com critério”.

E acena com a execução orçamental que a AdC tem apresentado. “Não pretendemos excepções em matéria de contenção orçamental, mas merecemos poder gerir a instituição com os graus de liberdade que as suas características próprias aconselham”. Em 2010, a despesa foi de 8,6 milhões de euros, abaixo dos 9,1 milhões do ano anterior e dos 10,7 milhões orçamentados.

“Sancionamos com rigor”

Manuel Sebastião, presidente da Autoridade da Concorrência, mantém-se defensor da sua casa. E garante: “sancionamos com rigor”. “Apreciamos as operações de concentração que nos são submetidas com celeridade”. “Defendemos as nossas decisões em tribunal com convicção”. E, por isso, fez questão de falar, na conferência organizada pelo **Negócios** sobre Europa 2011, dos dois processos judiciais que a AdC perdeu recentemente (ver texto ao lado).

O preço, em si, resultará das condições da oferta e procura, e o que temos de assegurar é que o mercado funcione.

MANUEL SEBASTIÃO
Presidente da AdC

A AdC reafirmou na sexta-feira ter conseguido chegar ao final de 2010 sem processos em investigação há mais de três anos. Tal como o **Negócios** avançou, em 2010 foram concluídos 26 processos, resultando em cinco condenações, com quase três milhões de euros em coimas. “No ano de 2010, a AdC procedeu ainda a diligências de busca e apreensão, no âmbito da sua actividade de combate a cartéis”, realçou o presidente do organismo.

O que assegura a liberalização?

António Vitorino, ex-comissário europeu e advogado, introduziu a questão. “A liberalização de um mercado deve levar a um aumento da concorrência. Mas nem sempre acontece muito frequentemente por responsabilidade de autoridades reguladoras nacionais”. E concretiza: “as assimetrias dos reguladores são um factor que vulnerabiliza a sustentabilidade do modelo e da concepção que a concorrência mais perfeita leva a quebra de preços”.

Em resposta, Manuel Sebastião admitiu que não é linear a associação entre liberalização e preços baixos. “Associar liberalização a preços mais baixos não é linear”, embora admita que “há questões do modelo de regulação que poderão ser reequacionadas”. O preço resulta das condições de oferta e procura.



Concorrência | Rui Cartaxo elogiou os reguladores nacionais, nomeadamente a ERSE. Manuel Sebastião elogiou a “sua” entidade

AdC impede que processo contra PT transite em julgado

Ainda não ficou concluída, a sentença do Tribunal da Relação a absolver a PT de uma coima de 38 milhões

O Tribunal da Relação já proferiu a sua sentença no recurso que julgou a condenação da Portugal Telecom (PT) pela Autoridade da Concorrência (AdC), por alegado abuso de posição dominante nas condutas de telecomunicações. No entanto, a Autoridade da Concorrência conseguiu que a sentença de absolvição ainda não transitasse em julgado. O que significa que o processo não está fechado. Aguarda uma decisão por parte do Tribunal da Relação.

Manuel Sebastião, presidente da Autoridade da Concorrência, garantiu, na sexta-feira, que “contrariamente ao que foi noticiado, [o processo] ainda não viu o seu

ponto final”. Recusou-se, contudo, a explicar como a AdC impediu que o assunto não tivesse, ainda, terminado. É que uma sentença do Tribunal da Relação, a um caso de Concorrência, finaliza as instâncias de recursos. No entanto, Manuel Sebastião deu conta de que o processo não estava terminado. A AdC condenou a PT por abuso de posição dominante nos circuitos, impondo-lhe uma coima de 38 milhões de euros. Tanto o Tribunal do Comércio como o da Relação absolveram a operadora, que ficou, com essas duas decisões, livre dessa mesma coima.

Comunicações electrónicas vão ser uma prioridade

Manuel Sebastião, que falava na conferência promovida pelo **Negócios** sobre Europa 2011 – Regulação e Competitividade, garantiu que este ano o sector de serviços de comunicações electrónicas “será

uma das prioridades da Autoridade da Concorrência”. Aliás, tal como o **Negócios** avançou, a Zon estava a ser investigada pela AdC pelo serviço de “triple play”. Manuel Sebastião prometeu, também, para breve – possivelmente ainda este mês –, conclusões no mercado de conteúdos. “O ano de 2011 verá seguramente o fruto dos trabalhos em curso, a começar já este mês”, afirmou.

O **Negócios** também já tinha avançado que a AdC estava a rever os contratos da Sport TV com os operadores, no âmbito da monitorização dos remédios estabelecidos numa aprovação de um processo de concentração. É essa análise que estará terminada em breve. Os conteúdos televisivos já foram alvo de queixas junto da Autoridade da Concorrência, nomeadamente por parte da Cabovisão, sem que tenha ainda havido decisões. **AM/AN**

Miguel Baltazar



de da Concorrência.

RUI CARTAXO, PRESIDENTE DA REN

“Não há qualquer vantagem em o Estado ter 100% da empresa”

Rui Cartaxo afirma que as renováveis também deviam funcionar numa lógica de mercado, e que é necessário ter uma política regulatória mais transversal entre países europeus

O presidente da REN diz que a empresa está preparada para a privatização e que há condições para uma concorrência efectiva no sector da energia em Portugal.

Há concorrência no sector da energia em Portugal?

Há claramente uma evolução no sentido de um grau crescente de concorrência não só em Portugal mas por toda a União Europeia, quando se compara com o que existia há dez anos. Na electricidade e no gás natural, o que verdadeiramente conta é a primeira parte da cadeia de valor, ou seja, no caso da energia eléctrica, a produção corresponde para aí a 70% do valor final da energia para o consumidor. Se não houver uma verdadeira concorrência ao nível da produção, é sempre limitado. Há ainda detalhes que fazem com que o mercado não seja tão concorrencial como daqui a alguns anos. Uma boa parte da produção eléctrica em Portugal está sujeita a apoios que a colocam, na prática, fora do jogo de mercado...

Está a falar das renováveis?

Sim, sobretudo. 55% da energia eléctrica produzida em Portugal em 2010 foi de fontes renováveis. É notável, se calhar só a Noruega é que tem mais que isso. Hídricas e eólicas.

Isso é uma boa notícia ou uma má notícia?

Penso que é sobretudo uma boa notícia. Onde é que o problema surge? É quando os apoios mantêm tempo de mais essas formas de energia sem incentivos para participarem no mercado. O problema que Portugal enfrenta agora, nos próximos 10 a 15 anos, é ir colocando cada vez mais da sua produção no jogo do mercado. É preciso reconhecer que a produção eólica hoje está completamen-

te fora do mercado.

Os preços podiam ser mais baixos se houvesse concorrência ao nível das redes?

Desde que essas empresas estejam separadas das que estão a produzir e comercializar energia, e que estejam reguladas por uma regulação independente – como é o caso em Portugal, em que temos uma regulação acima da média em grau de independência regulatória –, temos condições para que haja concorrência. É preciso é que quem produz energia esteja, de facto, a participar no mercado, e para isso é fundamental haver uma migração progressiva para o mercado da produção de energia em Portugal, dado o peso enorme que têm as renováveis.

O pacote orçamental prevê privatizações, e supõe-se que a REN está na lista. Está preparado para isso?

A gestão da REN está neste momento a trabalhar no pressuposto de que a privatização pode ocorrer já em 2011. O calendário é exclusivamente do Governo, e o Governo nunca nos comunicou, formalmente, quando é que quer fazer a operação. Nós estamos a trabalhar como se a operação pudesse ser em qualquer altura de 2011. Estamos preparados para que a empresa vá para o mercado. Uma empresa que opera uma infra-estrutura regulada, e que tem um contrato de concessão, cujo concedente é o Estado, quanto mais privatizada, mais incentivos tem para ser uma infra-estrutura eficiente. E o Estado nunca deixa de estar no “driving seat” das decisões estratégicas por via do contrato de concessão, nem relativamente às condições económicas que a REN pode dar de acesso às suas infra-estruturas a quem anda no mercado, porque estamos sujeitos a uma regulação de uma entidade pública independente,

que é a ERSE. E, portanto, não há qualquer vantagem em o Estado ter 100%.

Isto está a acontecer noutros países...

Na maior parte dos países europeus, naqueles que estão a separar as redes de transporte – e isto é um movimento que se vai generalizar em toda a Europa –, estão também a privatizá-las. Em Espanha, o Estado espanhol tem 5% da Enagás, corresponde à nossa infra-estrutura de gás natural, tem 20% da Rede eléctrica de Espanha e pode vender mais 10%. É por isso que as infra-estruturas em Espanha deixaram de proporcionar acesso à rede numa base equitativa? De maneira nenhuma.

Isso quer dizer que a jurisdição concorrencial deste sector deve ser portuguesa e não europeia?

Essa é uma das debilidades do sector energético europeu, tem de haver uma aproximação muito maior entre as abordagens regulatórias dos 27 estados. É impensável que tenhamos a ilusão de ter um mercado energético único, em que tudo flui e em que os consumidores beneficiam porque têm acesso a produtores de todo o espaço da União, se não houver maior aproximação e coordenação entre os modelos regulatórios. É das áreas em que temos de avançar, e avançar mais depressa. As redes que a REN opera são auto-estradas de energia, depois a distribuição já são os itinerários principais e estradas municipais. É fundamental que haja uma boa rede de auto-estradas de energia na Europa. Continua a haver estrangulamentos grandes. Por exemplo, entre a Península Ibérica e o resto da Europa. A ideia de ter estas auto-estradas é que em cada momento a energia é mais produzida nos sítios onde ela é mais barata. **PSG/AM/AN**



Rui Cartaxo diz que há muitas vantagens na privatização da REN, para o Estado e os consumidores.

As redes que a REN opera são auto-estradas de energia, a distribuição já são os itinerários principais e estradas municipais.

RUI CARTAXO
Presidente da REN

Concorrência vai insistir no cartel das cantinas



A AdC vai insistir no cartel das cantinas. Manuel Sebastião, presidente da AdC, garantiu que vai “dar imediato cumprimento à decisão do Tribunal do Comércio de Lisboa”, de forma “a contribuir para a célere conclusão do processo”. É que, segundo afirma, a decisão do Tribunal de devolver o caso à AdC para realizar diligências de prova dá às empresas “um novo prazo para impugnação, para formular alegações de nulidade, e, naturalmente, terá o magistrado de se pronunciar sobre elas. Entretanto, o prazo de prescrição continua a decorrer”. Manuel Sebastião salientou que, em 19 dos 20 recursos interpostos pelas empresas, “o Tribunal confirmou que não havia vícios no processo e apenas num caso entendeu que a AdC teria de realizar diligências de prova adicionais”. Por isso, diz: “Não se tratou de nenhum erro processual por incúria, negligência ou incompetência dos serviços da AdC”.

Europa 2011 - regulação e competitividade

“A actual crise seria muito pior se não fosse a União Europeia”



António Vitorino, Manuel Sebastião e Rui Cartaxo, três oradores da conferência do Negócios



Cruz Vilaça e Jorge Armindo foram dois dos mais de 200 convidados do Negócios que estiveram presentes na conferência de sexta-feira





O Comissário Europeu Joaquín Almunia ao lado do presidente da Cofina, Paulo Fernandes, e do embaixador de Espanha em Portugal, Francisco Villar.

Abel Mateus, que foi o presidente fundador da AdC, ouviu Manuel Sebastião fazer o balanço dos últimos anos



Carlos Tavares, Rodrigo Costa, Manuel Fino, Castro Guerra... Vários líderes estiveram presentes.

Amigos: foi dessa forma que António Vítorino, Joaquín Almunia e Fernando Teixeira dos Santos se trataram na conferência de sexta-feira.



A imprensa esteve em peso na conferência do Negócios. No final, houve uma conferência de imprensa do comissário Joaquín Almunia, onde estiveram jornalistas de meios de comunicação portugueses, espanhóis, brasileiros e várias agências internacionais.

Fotografia: Miguel Baltazar e Pedro Elias

200 convidados: a sala do Sheraton foi quase pequena para tantos interessados na conferência.

Energia, telecomunicações, turismo, foram vários os sectores económicos "representados".

Pub

Conferência Europa 2011

Regulação e Competitividade

com o patrocínio de

CUATRECASAS, GONÇALVES PEREIRA

